

ADMINISTRAÇÕES POPULARES:

Sermos Contemporâneos no Presente.

GILSON LIMA  
Janeiro de 1990.

## ÍNDICE

1. Introdução .....	Pg 03
2. Administrações Populares: Um Projeto Instrumental ou Estratégico?	
Pequeno Balanço de Um Ano de Governo Municipal .....	Pg 05
3. A Relação com o Movimento Popular e Social .....	Pg 09
4. A Relação Partido/administração:	
a) Um pouco da cultura petista frente ao Estado .....	Pg 11
b) Romper com a relação meramente ideologista .....	Pg 13
c) Romper com a relação partido/governo tipo: Grupo de Pressão .....	Pg 14
5. Finalizando .....	Pg 15

Ao entrarmos no tema avaliativo-reflexivo sobre a Administração Popular, não podemos deixar de registrar algumas considerações (ainda que genéricas) sobre a crise do Estado.

De um modo geral, os regimes burocratizados estão falindo enquanto experiência histórica. Não quer dizer que fragilizou-se o poder burocrático, neste final de século, e muito menos desmerecer seu grau de resistência, seu fôlego. Os Estados burocratizados enquanto resposta emancipadora estão sucumbindo: não faliu o socialismo enquanto possibilidade de emancipação, mas uma determinada possibilidade do socialismo enquanto resposta emancipadora: o burocratizado.<sup>1</sup>

Também a social-democracia, enquanto mentora moderna do Estado-Nação, encontra-se em crise de legitimação, pois seu instrumento maior - o Estado regulador, se constituiu em gigantes monstregos, incapazes de continuar com "eficácia" a dar respostas sociais. Cresceu, "desracionalizou-se", forjou burocracias cristalizadas em estabilidades que acabam determinando respostas ineficazes perante "sua finalidade social reformadora". Esta inoperância constituiu também uma crise na sua realização histórica, pois este Estado social é intrinsecamente dependente de disputas eleitorais forjadas no sistema parlamentar-representativo e, além de facilitar e ordenar com racionalidade a acumulação capitalista, necessita para reproduzir-se da eficácia das respostas sociais implementadas.

Logicamente, no Brasil, estamos apenas gestando um pequeno embrião deste sistema de representação-parlamentar. Aqui, a social-democracia tem se revelado meramente uma realização do oportunismo retórico.

Os socialistas, em nossa formação social, de um modo geral frente ao Estado, oscilaram entre um dogmatismo maniqueísta (bem ou mal) traduzido em praxis instrumentais apoiados em máximas tipo: "a extinção do Estado" e a "ditadura do proletariado"; ou implementaram uma relação platônica (apaixonada) pelo Estado numa perspectiva estatista, que confundia socialismo com estatização, forjando no estatismo o "socialismo dos tolos".

---

1. Quando expresseo o termo - burocracia ou burocratizado - não estou referindo-me em seu sentido não pejorativo como expressou Max Weber. Para Weber, quanto mais burocratizada uma ação, mais eficaz e racional ela deve ser. Para este estudioso da burocracia, uma ação desburocratizante é uma falácia. Utilizo o termo pejorativamente, no sentido de inoperância, busca de interação de meios que não se subordinam a uma finalidade determinada, onde, ao contrário, os meios ficam cada vez mais estranhos às finalidades concretas.

Vivemos hoje uma ofensiva do neo-liberalismo que tenta recuperar uma máxima do final do século XIX e início do século XX, qual seja: "o mercado como fonte da liberdade e o Estado como fonte da opressão irracional". Esta ofensiva ideológica se materializa na "eficácia" da iniciativa privada (segundo os neo-liberais) frente a inoperância da "ação estatal".

Quem quiser estar a altura das respostas ao complexo desafio deste contemporâneo presente deve estar disposto a romper com o simplismo que, salvo excessões, vem determinando a cultura da esquerda e de amplas parcelas de militantes e filiados do Partido dos Trabalhadores frente a questão do Estado. Para tanto, devemos estabelecer uma resposta estratégica, com inventividade de soluções novas no enfrentamento ao Estado concreto herdado pela ditadura militar superando suas amarras, seus grilhões e compromissos, suas tradições e valores.

Neste sentido, devemos implementar uma ação estratégica socialista complexa que rompa com a dimensão de ASSALTO MILITANTE AO PODER, tradução golpista advinda de ações em formações sociais arcaicas. Visão esta que leva a militantes tipo militarista sacerdotes a serviço de um poder que buscam permanentemente a hora certa para um ataque frontal. Devemos assumir a dimensão de hegemonia democrática do conflito\*, com um diagnóstico muito mais preciso de nossa formação social concreta: muito distante das soluções mecânicas dos manuais da ortodoxia e da tradição tecnocrática.

\* Quanto ao conceito de hegemonia do conflito, gostaria de ressaltar que este mereceria um trabalho a parte, não sendo o objetivo deste trabalho aprofundá-lo. Assim mesmo, na nota número 2, adiante, na página 6, arrolei uma pequena definição produzida no debate sobre a estratégia da Administração Popular.

## II - ADMINISTRAÇÕES POPULARES: Um desafio estratégico ou instrumental?

### Pequeno balanço de um ano de Governo Municipal

Em Porto Alegre, conquistamos uma posição de governo. Uma franja deste estado concreto, uma fração municipal de um Estado, numa cidade de mais de um milhão de Habitantes, com uma dívida social proveniente de vários anos.

Na campanha eleitoral marcamos com a mensagem da "coragem de mudar" e indicamos três sinais concretos desta coragem: a) o enfrentamento com os interesses dos empresários de ônibus - que diagnosticávamos como um setor que estava obtendo super-lucros através de tarifas elevadas ( diagnóstico que foi posteriormente considerado apenas parcialmente correto e insuficiente); b) Os especuladores imobiliários, os quais anunciávamos que tomaríamos medidas contrárias aos seus interesses; c) A alteração na lógica de governar com a inclusão da população organizada na cidade como sujeito definidor das políticas públicas.

Assumimos com inexperiência o assento em uma máquina ostil, viciada e portando uma cultura política advinda de nossa prática social, marcada pelo defensivismo frente às políticas institucionais do estado, culminando com uma ampliada expectativa de novidade gerando aos olhos de amplas parcelas da população uma perspectiva mágica por soluções imediatas que a tirariam de sua situação de opressão dominante.

A primeira armadilha foi o Plano de Carreira, aprovada no final do governo anterior, enquanto uma proposta que objetivava amarrar as receitas minguadas do município a fôlha de pagamento da prefeitura. Diversas foram as afirmações de que tínhamos que enfrentar os marajás da prefeitura, os altos salários e as distorções do Plano de Carreira. Uma análise um pouco mais aprofundada, revelava que de um modo geral os salários da prefeitura eram baixos, tanto de técnicos, como de operários. As distorções no Plano não eram significativas como imaginávamos e qualquer mudança " em nome da justiça social" no Plano de Carreira acarretaria um custo ainda maior com a folha.

O segundo momento, foi o cerco montado pela burguesia tentando deslegitimar a autoridade do governo. Este cerco tinha

Diante do enfrentamento aos empresários do setor, fomos obrigados a assumir mais de 50% da operação do sistema através da intervenção nas empresas, em sua maioria com uma frota envelhecida e com uma categoria dos trabalhadores - de um modo geral - subordinada ao clientelismo patronal de anos a fio.

Sabemos todos que a solução para o transporte coletivo é um projeto, não de um ou dois anos, mas de longo prazo. Não devemos municipalizar a crise dos transportes coletivo em Porto Alegre, que passa por enfrentamentos de investimentos nacionais e internacionais de infra-estrutura, como por soluções macro-políticas como a da dívida externa. Com unanimidade dos partidos que apoiam a Administração Popular e com o apoio massivo da população enfrentamos este desafio em condições que não escolhemos totalmente e sem o devido e planejado preparo que gostaríamos. Hoje, a Administração Popular terá - independentemente de querer ou não - que dar uma resposta estratégica à melhoria do transporte coletivo na cidade.

Outra questão que começou a ganhar importância e preocupação por parte do governo foi e é a difusão ampliada de ações e visões corporativas e cartoriais nas secretarias e departamentos, demonstrando falta de fôlego teórico dos quadros políticos que compõem os partidos (PT-PCB), que sustentam o projeto da Administração Popular.

Surge o debate sobre a relação da técnica e a política. Ganha corpo no interior do governo, a prática política tecnocrática, construída em um novo verniz popularesco da "técnica neutra", em busca de legitimidade. Entendo, em rápidas palavras, por tecnocracia a realização de uma perspectiva de mundo, que através da aprofundação das atividades fins e da superposição de meios cada vez

---

nicamente a sua vontade. Nesta nossa perspectiva: "a hegemonia é a percepção da noção de consenso entre diferentes, de hegemonia democrática... uma abordagem determinada a respeito do conflito... reconhecendo como limitadas as finalidades envolvidas num conflito". ( Texto: Estratégia para a Administração Popular - mimeografado).

mais inoperantes e vinculados a lógica "racionalizadora da técnica neutra" superpondo normas, formulários e dificuldades para justificativas de meios desesquematizados da lógica política. Traduzindo no governo municipal, não a caricatura de uma aristocracia de técnicos especializados, mas a de uma cultura própria de formação técnica fragmentada, com pressupostos teóricos estranhos a subordinação da acumulação capitalista a princípios emancipadores.

Esta concepção ganha interlocução e expressão política em parcelas significativas do governo. A concepção tecnocrática amarrando a lógica política e social ao interior das rotinas tradicionais da máquina pública, dando-lhe fôlego e logicidade nova, ganhou nitidamente no decorrer do ano a centralidade da disputa política no interior do governo.

Neste sentido, surge o 1º Plano Semestral, numa situação financeira que nos impossibilitava investir, potencializar e articular a ação do governo submetida em atividades corporativas. Seus 201 "projetos" nos jogavam na ofensiva pela disputa política na cidade, e internamente, enfrentava a espontaneidade da lógica setorizada da máquina.

O Plano Semestral e os diversos movimentos políticos de enfrentamento ao cerco a Administração Popular possibilitou-nos ir para a ofensiva diante da difícil situação financeira que levou-nos ao endividamento de 120 milhões de cruzados novos no ano passado, volume de recursos basicamente utilizado para pagamento de folha dos servidores municipais. Também esta ofensiva possibilitou a aprovação de um novo perfil da receita (aumento progressivo dos impostos), que na minha opinião foi muito tímida, fazendo com que em 1990 contemos no mínimo com 20% a mais da receita (segundo a previsão da Secretaria Municipal da Fazenda).

Saímos do ano com uma reforma do perfil da receita, um acúmulo de experiência pública não sistematizada, mas com grande potencial de utilização e portando alguns projetos de caráter estratégicos, como o exemplo do Guaíba Vive. Também acumulamos uma relação qualificada com a Câmara Municipal e com o Governo do Estado.

Neste início de ano, podemos afirmar que o governo obteve sucesso frente as concepções obreiristas, que sem dúvida nos levariam ao isolamento, mas que ao fazer concessões em demasia a tecnocracia imprimiu de um modo geral, uma relação inoperante com a cidade e só não ficou em defensiva estratégica - e sim tática - pela eficácia dos movimentos políticos implementados. Neste ano que se inaugura ou mostramos que somos eficazes na manutenção e com o-

bras públicas novas balizadas pelo nosso projeto político, ou passaremos a ter enormes dificuldades de enfrentamento aos desafios que se avizinham.

Outro desafio que ficou a desejar foi a relação com o movimento social da cidade, como este tema é mais complexo do que as respostas que geralmente recebe, vamos tecer alguns comentários à parte.

### III - A RELAÇÃO COM O MOVIMENTO POPULAR E SOCIAL

De um modo geral os direcionamentos políticos da Administração deram um caráter privilegiado de valorização aos movimentos populares e particularmente o comunitário. É bem verdade que um governo não deve apenas se locomover numa perspectiva excludente da relação social com a cidade, promovendo ações e incidência apenas com as camadas populares. Também não deve e não pode ser um governo de mera subserviência das reivindicações populares, mas sim de autonomia e diputa política, que tenha nesta relação privilegiada, uma visão global da cidade/cidadania. Logicamente que um governo popular leva em consideração as movimentações das classes fundamentais que produzem e reproduzem a acumulação da política dominante e seus interesses concretos. Enquanto governo toma posições, intervém a altera estes interesses e determinações com a clareza dos limites desta intervenção no âmbito municipal.

Como já foi colocado, tínhamos uma concepção quase que doutrinária sobre os Conselhos Populares, advindos de uma experiência mais social que institucional (em seu sentido parlamentar e executivo, estatal/clássico). Mantínhamos a lógica de que movimentávamos as lutas populares pela força da ideologia ou, como pensam alguns, pela força voluntarista das massas.

Acontece que, no governo, ou você dá respostas concretas e efetivas ou você perde sua possibilidade de interlocução política orgânica. Poderíamos ilustrar com o seguinte: ou você arruma este valão fedorento na frente da minha casa ou não me venha conversar de política sobre Conselhos Populares, etc.

Neste sentido, o movimento popular só poderá ser de alguma maneira potencializado a partir de respostas concretas a seus problemas efetivos. Caso contrário, reuniões do governo com a comunidade significará aceleração de demandas que frustrarão governo e lideranças populares, se estas respostas concretas, não se efetivarem numa seleção de propostas a serem cumpridas e discutidas com a

comunidade. Não se trata de uma relação de custo e benefício, e sim de que ponto de vista popular sem benefícios à política fica vazia e oca.

Como tínhamos uma experiência e uma visão de movimento popular muito marcada pelo lugar que vivenciávamos, (da sociedade para o Estado), éramos, e muitos ainda o são, determinados por uma visão ORGANIZADA E CONSCIENTE DA SOCIEDADE. Porém, a sociedade tem o seu elemento inorgânico e consciente com muita significância - vide vitória eleitoral de Fernando Collor de Melo).

Ocupando uma pequena parcela da fração executiva do Estado, podemos dizer com todas as letras que o movimento popular é devidamente frágil, dependente e defensivo frente ao Estado. Possui uma cultura de resistência, fortemente passiva, marcado por uma tradição onde reinou o corporativismo e o clientelismo. Também o movimento sindical - com raras exceções, mesmo com o peso nacional de duas centrais, não consegue superar o corporativismo defensivista para uma ofensiva de formulação de políticas públicas concretas.

Da década de 70, com uma conjuntura ascendente da sociedade civil em resistência ao Estado de Segurança Nacional, para o final da década de 80, subestimamos a alteração de posições da esfera pública e da esfera civil e suas determinações concretas advindas da lenta e gradual incorporação da resistência democrática a uma institucionalidade eleitoral clássica e suas devidas consequências.

O Partido advindo da sua tradição em Porto Alegre, com seu perfil marcadamente de disputa ideológica, também com a debilidade do movimento popular, agravado com a falta de inserção concreta nas ainda débeis lutas sociais travados na cidade, encrudeceu em círculos internistas inoperantes, contribuiu para fragilizar o governo no enfrentamento a uma máquina ostil aos interesses populares. Falta-nos a devida pressão externa para desafiá-lo em respostas efetivas e globalizantes.

Do ponto de vista popular, tendo o partido e o governo um plano idealizado de democratização e descentralização desvinculada e desintegradora de respostas concretas, facilitamos as posições para que nossos adversários a ocupassem e paulatinamente estamos nos isolando do movimento social orgânico.

Neste sentido, urge a elaboração e implementação de uma política popular e social globalizante que dentro destas linhas gerais respeite as organizações autônomas do movimento popular e as potencialize gerando uma real alteração na correlação das for-

ças sociais na cidade.

#### IV - A RELAÇÃO PARTIDO/ADMINISTRAÇÃO:

##### a) Um pouco da cultura petista frente ao Estado

O Partido dos Trabalhadores surge há dez anos com a marca da resistência ao Estado de Segurança Nacional. Produto das lutas políticas da sociedade civil contra o 'Estado' portando esta marca que se encontra cristalizada na 'cultura dos militantes' petistas, ou seja, a negação do Estado, imprimidora de uma relação - que podemos chamar de um modo geral - defensivista frente as Políticas Públicas.

Este movimento inicial do Partido tendo como lugar determinante o social (a sociedade), condicionou-o a uma cultura de construção de um quase "estado social" de fora dos marcos do "Estado não social". O Partido como produto político superior do ascenso do movimento sindical e da sociedade civil no início da década de 70, se condicionou a uma visão de mundo de uma sociedade consciente e organizada - a dos movimentos sociais - e cegou-se diante da descultura política e da fragmentação passiva e inorgânica da ampla maioria dominada pelos mecanismos ideológicos de dominação e de concenso. Portanto, geralmente não damos a devida importância diante do inconsciente coletivo organizado pelos modernos meios de comunicação de massa e, por último, levou-nos a um voluntarismo que desconsidera uma arraigada cultura clientelista, cartorializada e corporativista; limites da fragilidade concreta dos movimentos sociais organizados (da sociedade civil).

No senso comum do partido, o Estado é visto como um mal por natureza, o que facilita, aos dogmáticos portadores de doutrinas paralizantes frente a história, ter reformulações esquemáticas e que transitam no imaginário de parcelas do senso comum petista. Um exemplo são as formulações que propõem uma relação com o Estado, tipo frente institucional de atuação tática da acumulação de forças, onde buscaremos mais dinheiro (equipando sedes partidárias) mais liberação de quadros políticos profissionalizados para fazerem a "real" política emancipatória que se dá no seio da sociedade civil e não do Estado.

Isto gerou, de um lado, uma prática e uma concepção instrumentalista por alguns parlamentares frente a sua atuação no parlamento e, de outro lado, do que deveria ser a atuação e visão de alguns sobre nossa incidência nos governos municipais; ambos tanto no parla

mento quanto no executivo não postulavam em suas práticas concretas uma dimensão da disputa pela hegemonia em conflitos e não a mera acumulação de "forças" para um futuro enfrentamento estratégico.

Por parte desta cultura condicionante do partido, aqueles que estão no parlamento e no executivo municipal são vistos com 'desconfiança relativa, pois estes se encontram num determinado lugar-o Estado-que não possui uma dimensão estrategicamente emancipadora e sim repressiva e alienante. Portanto, os indivíduos que ocupam posições neste Estado são portadores "naturais" de um desvio da linha justa de uma caminhada emancipadora pré-determinada.

Por fim gostaria de tecer alguns comentários para não confundir os argumentos expostos acima com visões de paradigmas esta-tais ultrapassados. Quero, em primeiro lugar, dizer que não minimizo o papel repressor e alienante do Estado brasileiro e suas características manipulatórias e clientelistas forjadas em nossa formação social. Nem pretendo defender um Estado burocratizado e militarizado marcado pela lógica da "Segurança Nacional". Este Estado não serve mais nem para os interesses das elites dominantes da acumulação capitalista, vide que seu projeto político último passa pelo 'desmonte deste Estado Burocrático, não seremos nós, socialistas e de mocratas radicais, que vamos defendê-lo em nome de uma lógica corporativa e sindical, preocupada apenas com os funcionários públicos ' despedidos, aliando-se assim num paradigma estatal do passado. ' Não quer dizer que defenderemos a eficácia do mercado como princípio anterior ao homem e que, portanto, não nos preocuparemos com os servidores públicos; mas que não nos limitamos a uma defesa corporativa e sindical deste aparato que mantém uma lógica perversa com os cidadãos, principalmente, com a ampla população trabalhadora oprimida pelos interesses que o constituiu.

Assim sendo, não temos uma visão de um PT pré-estatal que assumirá um novo linear e progressivo passaporte estatizante. Tendo clareza da dimensão da crise social e do Estado, não nos limitamos a respostas simplificadas. O Estado se encontra numa crise violenta de financiamento - chamada de crise fiscal - está mudando seu papel na própria acumulação capitalista. A visão do gigantismo estatal está sendo revista no mundo inteiro, seu papel executor de infra e super estrutura para acumulação capitalista está sendo enxugada, alterada e no mundo socialista sendo revista. Não estamos defendendo uma retomada da relação platônica com o Estado tão cara a tradição ' socialista no Brasil. Devemos assumir uma visão estratégica deste ' novo perfil do Estado e disputá-la com a versão "modernizante" do neo-liberalismo. Não é tarefa fácil, porém não é impossível. De ime-

diato, teremos de romper com o paradigma estatal ultrapassado, bem como seu modelo de partido - quase que meramente eleitoral - e reconstruir nossa lógica socialista articulada num amplo consenso de hegemonia democrática de ocupação de posições envolvida numa perspectiva de conflito limitado.

b) Romper com a tradição meramente ideologista:

De um modo geral, somos portadores (determinados pela condicionante cultural frente ao Estado colocada anteriormente), de uma concepção meramente ideologista das políticas públicas. Apenas para ilustrar gostaria de exemplificar em Documento Resolutivo, aprovado na Convenção Municipal do PT (instância máxima de deliberação de nosso partido), que deixa claro esta marca voluntarista da ideologia nas políticas públicas...

A partir de maio de 89, a questão das tarifas de ônibus se colocará de novo em Porto Alegre. Os empresários de transportes já arancaram da Prefeitura um aumento em março, e vão recomeçar a chantagem.

A Prefeitura pode ter certeza que o povo está pronto a sustentar uma decisão enérgica, conforme o mandato que ela lhe deu!

-Nenhum aumento (grifo meu)... e continua a resolução determinando inquéritos nas empresas, municipalização das culpadas de fraudes, etc.

Vejam só, num Encontro Municipal, congelamos a economia, a inflação, os movimentos reais da luta política social e sobretudo ignoramos nossos limites de incidência sobre as políticas públicas municipais, mesmo na área dos transportes coletivos. Logicamente que as resoluções estavam marcadas pela movimentação e adesão de amplos setores populares na atitude de intervenção das empresas de ônibus.

Por não termos uma tradição ofensiva de políticas públicas reduzimos seus conteúdos a versões de ideologias tomadas por muita vontade.

Outro aspecto importante é o acúmulo de quadros com base técnica no campo das políticas institucionais é lento e determinado por uma formação advinda das academias universitárias com perspectivas tradicionais. Forjar uma cultura crítica com base em nosso projeto popular na "institucionalidade estatal" é fundamental. Para tanto, devemos enfrentar a lógica tipo "grande família militante" de que tudo entende e tudo resolve; Começarmos a trabalhar com consultorias profissionais da base crítica e progressista (fora da lógica meramente mercenária da acumulação capitalista de serviços), e produzirmos no interior dos quadros da prefeitura uma cultura democrática e crítica permanente. Logicamente, que esta perspectiva passa por uma

disputa de cidade e cidadania não no âmbito meramente interno aos quadros da prefeitura, mas uma cultura "social" na cidade e no movimento popular.

Neste sentido, o partido, seus militantes e dirigentes devem assumir uma disputa estratégica frente a posição de governo conquistada na cidade e se capacitarem no âmbito das políticas públicas.

Teremos também, enquanto um campo institucional popular e democrático, que dar uma resposta de eficácia no âmbito do governo municipal, forjar uma imagem -objetivo-ético-social para uma realização de competência democrática de um projeto com base política, social e base técnica qualificada.

C) Romper com uma relação Partido/Governo tipo:  
Grupo de Pressão

Ao não estar capacitado com domínio de alternativas além do ideologismo voluntarista, com raras exceções, o Partido entra em crise de impotência frente a sua capacitação de direção política global não se assumindo enquanto partido/governo que imprime uma estratégia sobre a cidade. Além das marcas tradicionais de nossa cultura partidária de 10 anos (ritos, normas, procedimentos, hábitos, etc.), somos muito marcados pela mobilização das tendências em disputas de cunho internista (disputas estas que tiveram e ainda têm em papel considerável nos destinos do partido). Hoje, governando Porto Alegre, além dos sujeitos internos constitutivos de nossa ação entra em cena a constituição de uma esfera pública, que não se determina mecanicamente pelas disputas internas.

O governo se vê envolvido numa lógica de decisões aceleradas; naturais num Estado complexo e numa cidade se não moderna na sua integridade, não podemos afirmar que seja arcaica na sua essência.

Por determinações históricas, por ritmos diferenciados e falhas de mecanismos ágeis de socialização, o partido, encrudecido numa atrofia burocrática frente às disputas reais a serem efetivadas na cidade se transformou num mero grupo de pressão. Isto ficava bem claro nos momentos fundamentalmente de vagância de cargos no governo e de decisões agudas como por exemplo; nas definições dos preços das tarifas de ônibus. O partido surgia como um relâmpago de fendendo enfoques e expressando verbalmente máximas como: "temos que ver o lado do usuário". Esta e outras situações pontuais, expressam a subordinação do Partido a lógica do tipo grupo de pressão

Um grupo de pressão não tem a mesma dimensão estratégica globalizadora que um partido deve ter. Um grupo de pressão se particulariza em ações desintegradas, onde o atendimento concreto do objeto relativo a pressão quando atendido por parte do governo, faz com que o grupo de pressão perca seu sentido de existência e retorne as atividades ordinárias da cotidianidade histórica "natural".

Caso o objeto de pressão não seja atendido, seu sentido de existência se mantém até o momento do atendimento do objeto de pressão, ou se mantém pelo "espírito de mera resignação".

## 5. FINALIZANDO

Por fim estas considerações não pretendem ser tomadas como verdade em si, são reflexões de um acúmulo assistemático o qual pretendi sistematizar e socializar. Espero que possam contribuir de alguma forma para o enfrentamento dos desafios históricos que conquistamos. A constituição de uma esfera pública socialista no Brasil, tem muito a ver com as respostas que damos nas Prefeituras Municipais como posições populares ocupadas na institucionalidade estatal. Enquanto os partidos comunistas e socialistas do mundo inteiro decrescem em força política de influência, inclusive na América Latina, o PT cresceu e desafia a dominação capitalista constituída. Não é pouca nossa responsabilidade estratégica, devemos estar aptos a enfrentá-la e já estamos dando pequenos sinais de fragilidade. Um balanço neste sentido, se faz urgente. Este era meu objetivo, se não consegui concretizá-lo, quero pelo menos despertar a necessidade de fazê-lo com mais profundidade. Caso esta consciência seja socializada já me dou por satisfeito.

Apostei com muita ênfase nos argumentos de rompermos com a tradição estratégica militante de ataque frontal - constituída por um reunismo conspirativista inconsequente e afirmo categoricamente a necessidade de assumirmos uma estratégia de longo curso de implantação e disputa de uma hegemonia socialista e democrática embasada numa perspectiva multidimensional enfrentando valores e tradições que os próprios sujeitos socialistas já cristalizaram em suas práticas.

janeiro de 1990

Gilson Lima